

26 FEV 1992

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Pressões contra a política econômica

O Ministério da Economia preparou um estudo, encaminhado ao Palácio do Planalto, analisando o comportamento da política antiinflacionária que está sendo adotada e as perspectivas para os próximos meses. Apresentou os fatores positivos, que ajudarão a segurar os aumentos de preços, tais como a safra agrícola, a entrada de dólares, a privatização, a política monetária austera, e os perigos que o programa de combate à inflação poderá enfrentar. Além do rombo da Previdência Social, se os 147% para os aposentados tiverem que ser pagos, e da rebeldia — já contornada — nas estatais, o maior temor do ministro Marcílio Marques Moreira e seus assessores é quanto ao que os políticos podem fazer: um possível surto de generosidade no Congresso na votação da nova lei do salário mínimo agora em março e a volta da gastança desenfreada nos Estados e municípios para bancar as eleições de outubro próximo.

A briga pelas prefeituras dos cerca de 4.500 municípios brasileiros acendeu o sinal amarelo nos gabinetes econômicos de Brasília:

“As eleições não trazem qualquer risco na área federal, porque temos controle de todo o dinheiro” — assegura o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente. O secretário, no entanto, não mostra a mesma confiança em relação às duas outras esferas da administração pública: “Não temos a menor idéia de como irão se comportar os Estados e municípios”.

E a equipe do Ministério da Economia tem razão para estar preocupada. Há indícios de que a tradição da política brasileira de gastar dinheiro público além da conta em anos eleitorais pode prevalecer. No Congresso Nacional e nos Estados, via alguns governadores, já são perceptíveis movimentos de pressão, bastante coordenados, para levar o presidente Collor a alterar os rumos da política econômica. No final da semana passada o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, um aliado político do presidente da República, defendeu claramente uma alteração na política de juros, que o ministro Marcílio vem mantendo deliberadamente altos por considerar esse

um dos poucos instrumentos disponíveis para evitar a explosão inflacionária. “Com as mudanças no ministério, o governo ganhou em credibilidade e qualidade; agora, precisamos de medidas administrativas imediatas para acabar com a recessão e retomar o crescimento” — justificou Magalhães. No mesmo diapasão se pronunciaram o governador de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho, e o governador de Pernambuco, Joaquim Francisco. Fleury e Magalhães foram além: firmaram uma aliança para tentar alterar a política de comércio exterior lançada pelo presidente Collor quinta-feira passada. Eles querem reduzir o ritmo da abertura para o mercado internacional, sob a alegação de que ela poderá sucatear a indústria brasileira e provocar ainda mais recessão interna e desemprego. Fleury pretende, inclusive, convencer outros governadores a engrossar o coro dos descontentes.

Que os juros altos contribuem para inibir a atividade econômica é evidente. Como é negável que alguns setores da economia irão sofrer com a redução das alíquotas de importação. Mas esses dois problemas são consequência de um problema maior e não existiriam sem ele: a total desorganização da economia brasileira em função do inchaço do aparelho estatal e da exploração da colônia (o País real) pela metrópole (o Estado). Bem ou mal, é a política de juros que está evitando a explosão da inflação. A abertura do mercado é inevitável na nova ordem econômica mundial e, agora, vai ajudar a dinamizar a economia interna. Os governadores da Bahia, de São Paulo, de Pernambuco e de outros Estados, que têm ampla liderança no Congresso Nacional, em vez de quererem mudar o que está dando certo e o que é correto na política econômica, deveriam ajudar o governo a convencer os deputados e senadores a aprovar os projetos de modernização da economia brasileira que estão parados no Legislativo desde o ano passado. Assim, os juros cairiam naturalmente, a economia se reativaria e as empresas não teriam problemas com os competidores estrangeiros.